

A educação na construção da consciência coletiva

Ricardo Augusto Oliveira Da Silva*¹
Pedro Ribeiro da Nóbrega**²

RESUMO: O estudo desenvolvido pauta-se na Educação, tendo fundamentações principais, em Jean Jacques Rousseau e os marcos legais da educação brasileira. A pesquisa consiste num levantamento bibliográfico no qual as principais obras tomadas como instrumento de pesquisa foram: O Contrato Social e o Emílio. Rousseau pauta a estrutura organizacional do Estado, por meio de seus conceitos ideais, elencados pelos direitos sociais, dentre os quais está à educação. Traz uma abordagem numa visão paradigmática da realidade brasileira, enfocando especificamente a educação básica. Enfoca a razão coletiva aplicada na educação como mecanismo de transformar a política Educacional por meio de um padrão ideal encontrado na obra fictícia *o Emílio*. Portanto esta pesquisa mostra que o problema educacional vigente no Brasil não está nas leis que o regem, mas na falta de investimento, incentivo e monitoramento, como também na falta de conscientização da população no que concerne a responsabilidade social com a educação.

Palavras-chave: Educação. Qualidade. Brasil.

ABSTRACT: The study is based on Education, with the main foundations in Jean Jacques Rousseau and the legal frameworks of Brazilian education. The research consists of a bibliographical survey in which the main works taken as research instrument were: The Social Contract and Emílio. Rousseau guides the organizational structure of the state, through its ideal concepts, which are listed by social rights, among which is education. It brings an approach in a paradigmatic vision of the Brazilian reality, focusing specifically on basic education. It focuses on the collective reason applied in education as a mechanism to transform Educational policy through an ideal standard found in Emilio's fictional work. Therefore, this research shows that the educational problem in Brazil is not in the laws that govern it, but in the lack of investment, incentive and monitoring, as well as in the lack of awareness of the population regarding social responsibility with education.

Keywords: Education. Quality. Brazil.

1* Licenciado em Geografia (UFCG); Licenciado em Filosofia (FAFIC); Especializado em Geopolítica e História (FIP) e Mestrando em Ciências da Educação (Unigredal - Brasil/Patos)

2** Licenciado em Ciências com Habilitação em Química (UFCG); Especializado em Químicas dos Elementos Químicos (UFLA-MG) e Mestrando em Ciências da Educação (Unigredal - Brasil/Patos)

INTRODUÇÃO

Vivencia-se a era da informação, e por consequência a era da educação, isto porque de um modo genérico e abrangente ela abarca todos os meios de conhecimento e como se apropriar deste. Com a globalização ficou muito mais fácil buscar novos meios e novas técnicas para melhorar, ampliar e modificar a realidade em que se vive.

A realidade brasileira não é das mais favoráveis ao crescimento da população perante os quadros internacionais no que concerne à educação. A Educação Básica Brasileira é, sem dúvida, um ponto preocupante, e tal preocupação envolve os profissionais das mais diversas áreas. Desta forma, pode-se sintetizar a realidade encontrada, no Brasil, como natural aos moldes de uma educação que precisa crescer e se desenvolver.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, Lei nº 9.394/96, a Educação Básica compreende: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dessa forma, o Art. 22 dispõe. —A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum dispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

O Art. 205 da Constituição Federal diz que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, está será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Portanto, entende-se aqui educação básica como aquela fundamental, essencial e crucial para o desenvolvimento humano.

Rousseau em sua obra “O contrato social” destaca a educação como um dos direitos sociais fundamental aos seres humanos. Para ele a educação é meio suficiente e necessário para a mudança social. Com o registro, o pensador quis deixar claro que o conhecimento deve ser adquirido e entendido para a coletividade, transpassando os desejos pessoais, indo ao encontro dos anseios sociais, devendo a Escola transmitir conhecimentos que sejam úteis e aplicáveis à vida social do estudante.

No Emílio, logo nas primeiras páginas, fica demonstrado que há indignação por parte do autor para com as entidades escolares, quando diz: —Não encaro como uma instituição pública esses estabelecimentos ridículos a que chama colégios! (ROUSSEAU, 2004, p. 14). Isto por não se conformar, ou não aceitar o modo com o qual era conduzida a Educação.

Rousseau, aliás, como um grande estudioso, percebeu que havia algo de errado com a estruturação do Estado, passando a partir disso a estudar, tentar entender e modificar a sua

estrutura. Criou o conceito ideal de Estado, para que fosse o mesmo paradigma estruturando concretamente um verdadeiro modelo educacional a ser seguido.

Nessa perspectiva o texto a seguir será exposto de modo sintético, o modelo idealizado por Rousseau e, em seguida, a possibilidade de aplicação desse modelo à situação educacional brasileira, saindo do campo ideal, partindo em busca do campo real, onde a sociedade é o centro, é o ponto relevante, retirando o homem do foco e colocando a coletividade. Se o centro das atenções passar a ser a sociedade ao invés do individualismo humano, certamente, haverá homens mais evoluídos, evolução buscada – diuturnamente – por meio do egoísmo.

Neste contexto, a educação precisa ser encarada como uma questão de ordem Pública, matéria tratada como urgente e com a sua real importância, mas, sobretudo, é importante destacar que não se faz mágica, é preciso torna-la uma ação prioritária. Portanto, para poder se chegar a uma educação de qualidade é crucial quando se percorre um caminho, o qual pode ser árduo, mas de certo será compensador.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi idealizado a partir de reflexões sobre a realidade da educação básica brasileira sob o olhar da razão social de Rousseau, bem como, sob uma educação idealizada por esse mesmo autor em sua obra “O Emílio”. Para isso, foi realizada a leitura de textos que versam sobre a temática, para que dessa forma, pudéssemos escrever o referido trabalho que se caracteriza, de natureza bibliográfica, com tipologia de estudo qualitativo e descritivo.

Idealizado sobre o que iria abordar, foi seguido os seguintes passos: realizou-se inicialmente as leituras das obras, O Contrato Social e o Emílio de Rousseau, além de outros autores que tratam da temática abordada de forma crítica/reflexiva. O texto escrito tem como método de abordagem o hipotético-dedutivo, haja vista, que sua composição dar-se a partir de hipóteses e questionamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A EDUCAÇÃO IDEALIZADA POR ROUSSEAU NA OBRA EMÍLIO

O livro Emílio ou da educação não foi escrito sob a forma de um tratado sistemático de pedagogia, mas sim elaborado como um romance educacional, repleto de sugestões pedagógicas e exemplos de preceitos éticos formativos. O filósofo constrói, como recurso literário, um personagem fictício, Emílio, narrado como um filho de pais ricos, nascido em Paris. O autor coloca-se na posição do tutor de Emílio, afastando o jovem pupilo dos seus pais por meio da iniciativa de residir no campo, a fim de se distanciar do que considerava a degradada vida urbana e de respirar os bons ares rurais, radicando-se em um tecido social em que prevalecia a simplicidade dos hábitos e dos costumes. Isto, para melhor dirigir a formação do infante, à distância dos vícios e dos preconceitos de classe que imperavam no centro político da França.

Rousseau entendia a Educação destinada a uma finalidade, não ser fim em si mesmo, mas trampolim para um objetivo maior. Tem a intenção de deixar explícito a possibilidade do conhecimento tornar-se inútil se não servir a um propósito maior que a simples realização pessoal, trazendo mais uma vez o conhecimento ao campo coletivo e não, meramente, individual.

A Educação é como dito outrora, em momentos anteriores, um direito individual, enquadrado no campo social, sendo este, talvez, um resquício do entendimento de Rousseau, isto porque sendo um direito social deverá atingir toda a sociedade e para toda a sociedade.

Para o ilustre pensador, a Educação é meio suficiente e necessário para a mudança social. Quando foi tratado, anteriormente, que a sociedade pode ser modificada mediante a Educação, como na Finlândia, quis de modo embrionário afirmar que o conhecimento deve ir além das barreiras físicas da mente humana, extrapolando os limites humanos e atingindo os limites sociais. Só assim, irá ter alcançado seu objetivo maior. Nesse sentido Rousseau, em sua obra “**Discurso sobre as ciências e as artes**” cita,

Ele me parece, sobretudo muito escandalizado com a maneira por que falei da educação dos colégios. Comunica-me que aí se ensina aos moços não sei quantas coisas belas, que poderão ser de muito auxílio para a sua distração quando crescerem, mas confesso não perceber quais as suas relações com os deveres dos cidadãos, aos quais se deve começar por instruir (1999, p.210).

A obra mencionada tinha ou teve por função principal propor formar um tipo próprio de cidadão, cuja especificidade é a de ser um cidadão legítimo, tanto de uma sociedade perfeita, idêntica à que concebe na obra do Contrato Social, como de uma mais real, cheia de imperfeições e na qual a presença de homens como Emílio possa contribuir ao seu

melhoramento. Tal concepção não entra em desarmonia com nenhum dos escritos de Rousseau. Pelo contrário, reforça a ideia de que Pedagogia, Política, Moral e Filosofia da Religião interpenetram-se e não são mais o desenvolvimento e a aplicação de um só e mesmo princípio.

Assim, Rousseau pretendia com essa obra, ora analisada, demonstrar o homem ideal, idealizado no Contrato Social, deveria obter conhecimento para formar uma sociedade, na qual reinasse a igualdade. Por um lado, a formação de homem lhe concede o equilíbrio pessoal por meio do desenvolvimento de sua espiritualidade, do conhecimento de si mesmo, da sensibilidade, da compreensão e de outros atributos naturais, capacitando-o a viver bem consigo e com seus semelhantes. Por outro lado, partindo do princípio que o homem é um cidadão, qualquer que seja não tem outro bem a dar à sociedade senão ele próprio (ROUSSEAU, 2004, p. 24). Os atributos pessoais – riquezas do indivíduo transformam-se em atributos sociais tendo em vista que ninguém vive só.

Há dois parágrafos, logo no início do Emílio, nos quais o entendimento de cidadão é bem claro e não deixa dúvida de tratar daquele que busca o interesse da coletividade, e não seu interesse individual, e vêm corroborar com sua opinião onde todos os esforços político-pedagógicos devem ter em vista a formação do cidadão, neste alinhamento,

O estilo exaltado destes trechos não nega a lavra do polêmico Rousseau. A aparente confusão entre o homem e o cidadão, bem como entre a educação pública e a doméstica, aparece nas páginas subsequentes, não nos deixa esquecer que lidamos com um filósofo paradoxal. Ele mesmo suplica: —Perdoai meus paradoxos; é preciso fazê-los quando se reflete; prefiro ainda ser homem a paradoxos do que homem a preconceitos (ROUSSEAU, 2004, p. 79). Na verdade, o conflito é superficial. No fundo, trata-se de uma só pessoa e de uma só ação formativa. Trata-se da constante busca Rousseauiana da unidade a qual resulta no homem total, fruto de uma educação que podemos também qualificar como total; ambos superando os conflitos que possam emergir como obstáculos à formação e à condição humana.

A Educação inicial de modo doméstico, com os pais incentivando, ensinando valores éticos, morais e científicos, em alguns casos, inicialmente sem controle acadêmico, sendo a Escola um meio necessário para a continuidade de formação do cidadão, tornando-se basilar para a criança, este conhecimento adquirido no seio familiar, já que sem ele seria impossível qualquer aperfeiçoamento na entidade escolar. Nesse sentido defende Brandão,

Elas fazem, em conjunto, o contorno da identidade, da ideologia e do modo de vida de um grupo social. Elas fazem, também, do ponto de vista de cada um de nós,

aquilo que aos poucos somos, sabemos, fazemos e amamos. A socialização realiza em sua esfera as necessidades e projetos da sociedade, e realiza, em cada um de seus membros, grande parte daquilo que eles precisam para ser conhecidos como —seus e para existirem dentro dela (1987, p. 23).

Atribui-se às mães papel crucial no desenrolar educacional do seu filho-cidadão, isto porque na visão de Rousseau, a Educação, o conhecimento, é treino, e, por conseguinte, é necessário o estímulo para se criar o hábito. Deve-se criar o hábito de estudar, para assim gostar de estudar, e como consequência adquirir conhecimento.

Eis a importância da escola como instituição intermediária entre o mundo privado da família e à vida pública. É ela que dá continuidade ao trabalho realizado pelos pais, clã e comunidade na inserção da criança ao mundo da moral, mediante de um conjunto de ações planejadas que objetivem não apenas a aquisição da herança cultural das gerações passadas, como o desenvolvimento da criatividade, da razão e da virtude. —Conservai sempre vossos filhos dentro do círculo estreito dos dogmas que se relacionam com a moral (ROUSSEAU, 2004, p. 447).

O livro V do *Emílio* é rico em direcionamentos morais e preceitos inteiramente políticos. Emílio é o prospecto do homem natural que vai viver na ordem civil, entre seus semelhantes, amando-os, respeitando-os e ajudando-os em todas suas necessidades. Possui uma ampla formação política que envolve, inclusive, um senso de cosmopolitismo burguês. Emílio representa a formação do homem moderno, da forma como Rousseau o concebe, isto é, um homem livre, mas zeloso de seus deveres para com sua espécie. Seu espécime pode analisar todas as formas de governo, a maneira como se organizam os estados e se dar ao luxo de escolher um, dentre estes para viver. Melhor do que isto, o homem moderno é capaz de recriar essas formas e dar um novo modelo à sociedade, seguindo o contrato social ou a voz da própria consciência. O Emílio é quem melhor aproxima-se do ideal, dentro de uma escala de valores e diante da realidade que Rousseau tinha à frente. No final de sua formação, após ter retornado de uma jornada pelos países europeus, já adulto e preparado para o matrimônio, o jovem ouve a seguinte fala de seu mestre que o faz entender os objetivos de sua formação:

Se te falasse dos deveres do cidadão, tu me perguntarias onde está a pátria e pensarias ter-me confundido. Tu te enganarias entretanto, caro Emílio; pois quem não tem uma pátria tem ao menos um país. Há sempre um governo e simulacros de leis sob os quais viveu tranquilo. Que importa se o contrato social não foi observado, desde que o interesse particular tenha sido protegido como o fizera a vontade geral, desde que a violência pública o tenha garantido contra as violências particulares, desde que o mal que viu fazerem o tenha levado a amar o que era bem, desde que nossas próprias instituições o tenham feito conhecer e odiar suas próprias iniquidades? Ó Emílio, onde está o homem de bem que nada deva a seu país? Quem quer que seja, ele lhe deve o que há de mais precioso para o homem, a moralidade de suas ações e o amor à virtude. Nascido no fundo de um bosque teria vivido mais

feliz e mais livre; mas nada tendo a combater para seguir suas inclinações, teria sido bom sem mérito, não teria sido virtuoso, e agora ele o sabe ser apesar de suas paixões. A simples aparência de ordem leva-o a conhecê-la, a amá-la. O bem público que serve unicamente de pretexto aos outros, é para ele um motivo real. Ele aprende a combater, a vencer-se, a sacrificar seu interesse ao interesse comum. Não é verdade que não tire nenhum proveito das leis; elas lhe dão coragem de ser justo entre os maus. Não é verdade que não o tenham tornado livre, elas lhe ensinaram a reinar sobre si mesmo (ROUSSEAU, 2004, p. 560-561).

A REALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA SOB O OLHAR DA RAZÃO SOCIAL DE ROUSSEAU

A realidade brasileira é desanimadora, ocupando posições no ranking da Educação em escala mundial vergonhosa. Os problemas são muitos, as soluções ainda em escassez. Muito se fala que o nosso País é aquele do futuro, futuro este, que de fato não se torna presente. Talvez não se torne presente, pela falta de cuidado dos governantes para com a Educação, ou até mesmo pela falta de motivação dos cidadãos em contribuir para o seu crescimento e para o crescimento da pátria.

É sabido que nenhum problema em escalas colossais desaparece da noite para o dia, como um passe de mágica, mas algo deve ser feito como alavanque inicial, necessário para iniciar a mudança.

A aplicação de um modelo ideal poderia ser o caminho, não necessariamente de modo integral. Se no campo ideal a teoria der certo, nada mais comum do que a aplicação na prática e verificar os resultados, analisar e reaplicar com as devidas modificações necessárias, adaptando à realidade inserida, saindo assim do campo ideal indo ao campo real.

O Emílio é uma visão ideal de Educação, com base em uma Razão Social definida no tópico anterior, devendo-se colocar nas pessoas a necessidade de crescimento individual, a partir da educação. Não é, meramente, uma conquista individual, mas coletiva, isto se bem aplicada.

Passagem interessante na Obra Emílio é quando Rousseau fala em adaptação, e da desnecessidade de um modo brusco de ensino. Assim o conhecimento seria passado às crianças e aos jovens, à medida que crescesse a necessidade de tal modo,

Trata-se de acostumar Emílio com o barulho de uma arma de fogo? Começo por queimar uma carga numa pistola. A chama brusca e passageira, uma espécie de raio, diverte-o... Enfim, eu o acostumo aos tiros de fuzil, de canhão e às denotações mais terríveis... Quando a razão começa a assustá-las [as crianças], fazei com que o hábito as tranquilize. Com uma gradação lenta e ponderada, tornamos os homens e as crianças intrépidos em tudo (2004, p. 51).

Nesse contexto, podemos entender que, a mudança no modo que se conduz a Educação brasileira é necessária. Contudo, não pode ser feita nenhuma mudança brusca ou repentina, devendo ser construída de modo que os envolvidos, no caso, as crianças e jovens possam compreender o porquê da mudança.

Para tanto, se na realidade brasileira que é extremamente egoísta, em que há uma divisão clara entre a Educação oferecida pelo ensino público e, outra, pelo ensino privado, em que se busca ser o melhor, sem saber o motivo da incessante busca pela perfeição.

O ensino básico brasileiro é ultrapassado, pois não se admite em pleno século XXI, ainda encontrarmos práticas educativas ultrapassadas e retrógradas. Inclusive, muitas das literaturas vigentes não respondem às necessidades atuais, enquanto que obras do século XVII e XVIII apresentam conotações muito mais modernas. Há, pois, um grande ciclo vicioso, iniciado pelos pais, esquivando-se da responsabilidade de educar seus filhos, passando para os estabelecimentos educacionais que injetam conteúdos, sem demonstrar o motivo de estarem sendo estudados, sem dar oportunidades de saber se a criança quer de fato, ou precisa aprender aquilo.

Outro preceito bastante mobilizado pelo filósofo nas páginas do Emílio é a articulação entre os interesses particulares e públicos. Denotando um claro espírito dualístico, Rousseau advoga uma ação educativa que tenha em vista, desde a tenra idade da criança, suprimir a prevalência tirânica de interesses egoísticos e caprichosos, com o propósito de fazer com que o educando perceba-se como uma unidade no seio de uma totalidade de indivíduos. É o exercício da autonomia e da liberdade civil – limitada pelo bem comum – que aqui está em questão: —no auxílio que lhe prestamos, devemos limitarmos unicamente ao realmente útil... O espírito destas regras é dar às crianças mais verdadeira liberdade e menos domínio, deixar que façam mais por si mesmas e exijam menos dos outros (Rousseau, 2004, p. 59).

Ademais, importa destacar um princípio ético e formativo que, substancialmente, tem sido desvalorizado nas últimas décadas, no Brasil e no mundo, central e periférico: o trabalho. Rousseau. (2004, p. 211-274) interpreta o trabalho como uma atividade necessária para a sobrevivência humana em sua luta pela vida, acentuando, então, sua dimensão útil, e também como uma prática humana que potencializa a capacidade de percepção do educando sobre a trama das relações sociais.

Para o autor, defensor de uma sociedade igualitária, integrada por indivíduos livres, mas também produtivos e solidários, a introdução do trabalho no ensino, na entrada do que em nossos dias se chama adolescência, supera a capa de uma mera aprendizagem de um ofício, representando uma expressiva fonte de reflexão filosófica sobre a vida em sociedade,

além de consistir em uma dimensão subjetiva fundamental para o incentivo à assimilação de padrões de sociabilidade igualitários, crítico do espírito ganancioso e, francamente, competitivo do emergente capitalismo inglês (MARKERT, 1994), assim como do rentismo e do parasitismo ordinários da França, o pré-revolucionário filósofo chama a atenção para a degradação moral dos estratos dominantes que apenas vivem do trabalho alheio.

Tal realidade revela uma concepção norteada, basicamente, por conteúdos éticos/morais, em função de um contexto histórico, ainda distante daquele que propiciou um tipo de análise mais sistemática do trabalho como princípio educativo, como a feita sob o corte teórico Maxiano, por Gramsci (1995) e Pistrak (2005). Todavia, a abordagem Rousseauiana acerca do trabalho não deixa de demonstrar sua fecundidade como instrumento reflexivo. Em uma dimensão ética, tem como nortear o sentido de uma contestação política consistente a alguns fenômenos de relevo gestados pelo capitalismo contemporâneo – como o ethos econômico financista e o seu corolário, qual seja, a desvalorização do trabalho, traduzida pela negação como direito, sob a forma do emprego assalariado, e pela contínua redução do poder de compra dos salários.

Por oposição, um ensino orientado, exclusivamente, por lições retóricas de moral e de ciência tenderia a formar indivíduos crédulos e manipuláveis, além de ser considerado antinatural, como se pode perceber na passagem que segue, dirigida aos educadores: —vossas explicações devem consistir mais em atos do que em palavras, pois as crianças facilmente se esquecem do que disseram e do que lhes dissemos, mas não do que fizeram e do que lhes fizemos (Rousseau, 2004, p. 107).

Do que foi exposto, pode-se afirmar que o ensino pela ação prática estimula o exercício do raciocínio e o espírito inventivo, científico, além de promover a capacidade autônoma de pensamento e de ação.

A principal característica do sistema educacional brasileiro atual é o descompromisso com o pós-escola, isto porque os atuais governos preferem se preocupar com número, com a quantidade de estudantes que concluem o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e o Ensino Superior, sem se preocuparem com a qualidade do ensino, sem cuidar de atender às necessidades sociais.

O fato de não haver um controle no que é repassado, nas escolas, como conteúdo programático é vergonhoso, isto porque vivemos em um país de dimensões continentais, e em decorrência disto, não há como imaginar que a necessidade social no Rio Grande do Sul é igual a da Paraíba, que de logo se mostra completamente distinta, seja em decorrência do clima ou da cultura. E esta igualdade gera ou pode gerar uma falta de incentivo, já que é

importante que possamos entender – como dito – o motivo pelo qual se estuda determinado conteúdo e a sua aplicação prática.

É certo que o conceito de cidadão é único, mas a sua aplicação prática vai depender do meio em que se insere. Assim, como a escola brasileira forma cidadãos de uma mesma forma em localidades diferentes?

Esta é uma pergunta retórica, devendo servir de base para a mudança que deve ser feita, e é aí que entra a teoria desenvolvida por Rousseau, em que deve ser incutido na cabeça das pessoas que, a educação é um direito social e, mais que isto, é um dever para com a sociedade, na qual se deve adquirir conhecimento, para se aplicar e melhorar a própria sociedade.

O ser humano deve buscar educar-se, não somente para ter uma profissão e, por conseguinte —ganharl dinheiro, mas, sobretudo, antes de educar-se identificar qual a necessidade social e nela investir. Com isto, terá uma profissão, será remunerado por ela e fará a comunidade evoluir, possibilitando a evolução de tantos outros, gerando um bom ciclo vicioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A má qualidade da educação brasileira é notória, e isto ficou demonstrado ao longo deste estudo. Entender que existe o problema é o primeiro passo para solucioná-lo, restando identificar a origem, fazer cessar a fonte, e seguir exemplos.

No texto desenvolvido, a principal tarefa foi mostrar que a realidade ruim é clara, mas pode ser melhorada para tanto, foi trazido como exemplo, um fictício, e por isto ideal. O fictício trata de uma obra denominada —Emílio, que não foi escrito sob a forma de um tratado sistemático de pedagogia, mas sim elaborado como um romance educacional, porém, repleto de sugestões pedagógicas e exemplos de preceitos éticos formativos, no qual seu autor, Rousseau, aborda a Educação como meio suficiente e necessário para a mudança social.

É certo, que o modelo apresentado não pode ser aplicado integralmente na realidade brasileira, haja vista, que a realidade é diversa, sendo inclusive complicado querer aplicar uma mesma técnica em todo o País, por ter realidades sociais completamente diferentes.

O propósito era alertar sobre o problema e apontar soluções, mas que fique claro, em momento algum se tentou resolver o problema da educação em si, mas também ficou claro onde há falta de interesse por parte do poder público para melhorar tal situação.

Deste modo, se houver investimento, incentivo e um bom monitoramento adequado, certamente prosperará, mas, antes disto, também deve haver conscientização da população, fazendo ela entender que a educação pode ser a salvação de toda uma nação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos, v. 20).

BRASIL. **Constituição**. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96** de 20 de dezembro de 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARKERT, Werner. **A mudança de função da educação** – do princípio antifeudal à “autonomia pedagógica”. Werner Markert (org.), Teorias de educação do iluminismo, conceitos de trabalho e do sujeito. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 37-70, 1994.

PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho. Tradução Daniel Aarão Reis Filho. 4ª. Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular Ltda., 2005.

ROUSSEAU, J.J. **O contrato social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Emílio ou da educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Discurso sobre as ciências e as artes**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999.